



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2021-0018**  
**BI-2021-0017**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 24/02/2021      **Hora:** 15:00      **Tipo:** Denúncia (DEN-2021-0132)

**Motivo da inspeção:** Extraordinária

**Inspetor responsável:** João PRFB. Silva

**Outros inspetores da IRA:** António MR. Moutinho

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

Deslocámo-nos ao terreno em causa para averiguação da situação.

Foi contactado o Sr. António Henrique Fernandes de Oliveira da Silva (proprietário do terreno).

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** António Henrique Fernandes de Oliveira da Silva      **NIPC/NIF:** 177040629

**Sede/morada:** Caminho do Concelho, 128

**Código Postal:** 9760-066      **Freguesia:** Biscoitos

**Concelho:** Praia da Vitória      **Ilha:** Ilha Terceira

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Parcela 8478429156001 (iSIP)

**Endereço:** Vale do Azinhal, Biscoitos.

**Código Postal:** 9760      **Freguesia:** Biscoitos

**Concelho:** Praia da Vitória      **Ilha:** Ilha Terceira

**Atividade principal:** ---

**Outras atividades:** ---

**Período de funcionamento:** ---

**Licenciamento da atividade:** ---



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

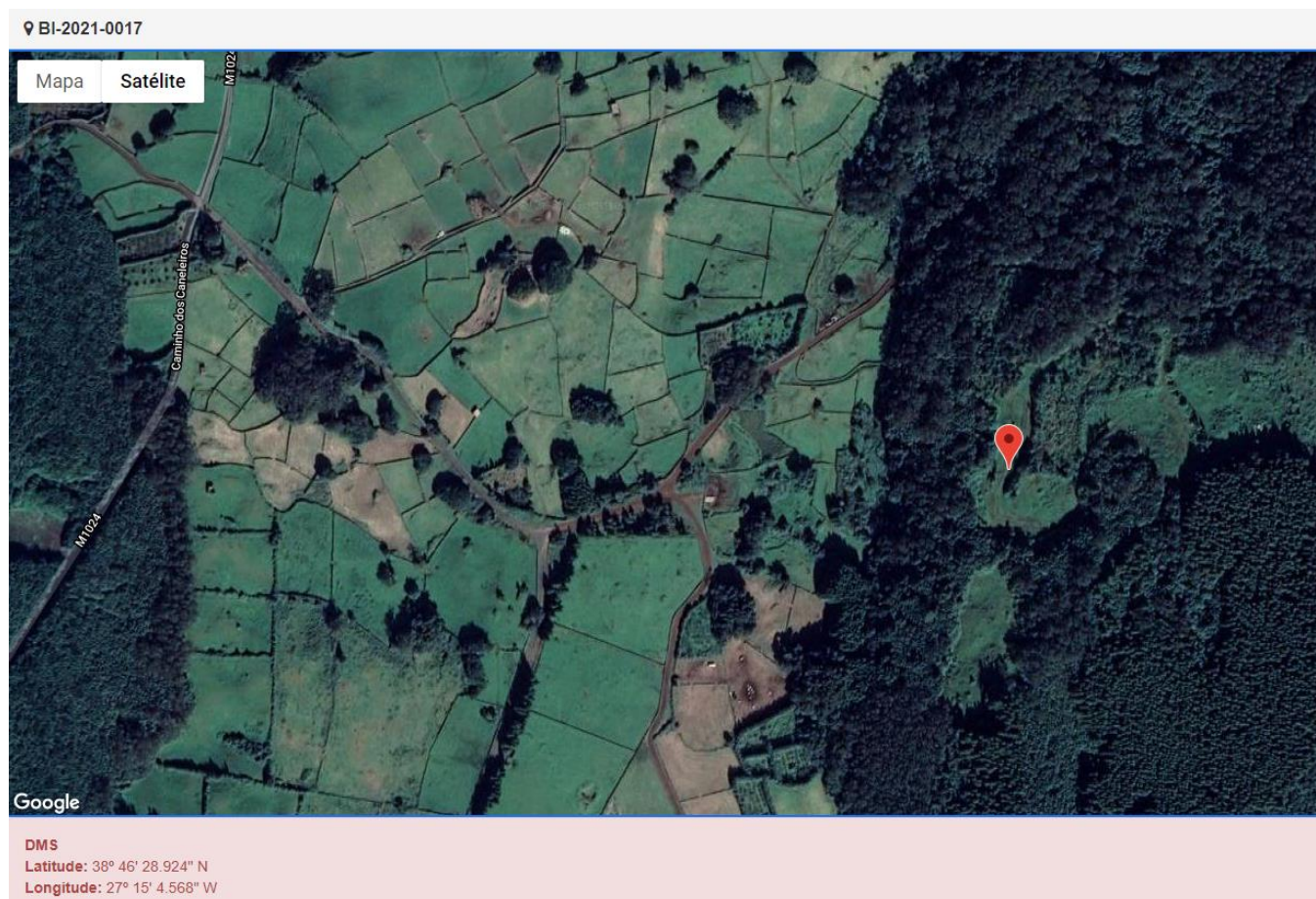


Figura 1.1: Localização do terreno inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Antecedentes

A ação inspetiva foi efetuada na sequência de denúncia (DEN-2021-0132) dos Serviços Florestais da Terceira, relativa a participação de queima resíduos a céu aberto (gestão de sobrantes florestais efetuada com o recurso à queima de pneus), no lugar do Modelo, freguesia dos Biscoitos, concelho da Praia da Vitoria, ilha Terceira.

### 2.2 – Descrição da situação observada

No local identificaram-se oito pequenas queimadas (montes com vestígio de fogueira) contendo vestígios de pneus e/ou plásticos queimados (restos de cadeiras de plástico), conforme se pode ver nas fotos 1 a 4. Foram detetados resíduos de plástico abandonados ou descarregados no local (fotos 5 e 6), constituídos por grades e garrafas de plástico. Encontrou-se ainda a estrutura de um sofá queimado (foto 7).





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

O proprietário foi alertado que não pode queimar qualquer tipo de resíduos. Indicou-nos que a queimada não foi efetuada por ele, mas possivelmente pelos homens que lhe foram limpar o terreno, não tendo sido possível identificar os autores da queimada.

Foi ainda alertado que não pode colocar e deter resíduos no seu terreno, tendo os mesmos de ser encaminhados para destino final adequado. O proprietário removeu todos os resíduos no mesmo dia da comunicação, tendo apresentado documento comprovativo de entrega na Teramb, bem como fotografia dos resíduos que foram carregados na carrinha, encontrando-se esta situação regularizada.



Foto 1 – Queimada com vestígios de pneus (vergas de uma dúzia de pneus)



Foto 2 – Vários montes de queimadas ateadas com pneus ou plásticos.



Foto 3 – Pormenor de queimada.



Foto 4 – Pormenor de queimada.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---



Foto 5 – Grades de plástico misturadas com sobranes vegetais.



Foto 6 – Plásticos misturados com sobranes vegetais.



Foto 7 – Estrutura de sofá queimado.



Foto 8 – Pormenor de queimada.

## **2.4 – Enquadramento legal**

O Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, que estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores, determina o seguinte:

- A queima de qualquer tipologia de resíduos não perigosos a céu aberto, em violação dos princípios enunciados nos artigos 10.º a 12.º e 14.º, constitui contraordenação ambiental leve (alínea II) do n.º 1 do artigo 229.º);





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

- O abandono ou a descarga de resíduos não perigosos em instalações ou locais não licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos, constitui contraordenação ambiental grave (alínea a) do n.º 2 do artigo 229.º).

O Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho, que aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos, estabelece que é proibida a queima a céu aberto de pneus e pneus usados (alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º), constituindo esta ação uma contraordenação ambiental grave (alínea h) do n.º 2 do artigo 62.º).

### **3 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. A queima a céu aberto de pneus, em violação do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 62.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 01 de junho, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto com coima, se praticada por pessoas singulares, de € 2.000 a € 20.000 em caso de negligência e de € 4.000 a € 40.000 em caso de dolo;
2. A queima de qualquer tipologia de resíduos não perigosos a céu aberto, em violação dos princípios enunciados nos artigos 10.º a 12.º e 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, contraordenação ambiental leve prevista na II) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima, se praticada por pessoas singulares, de € 200 a € 2.000 em caso de negligência e de € 400 a € 4.000 em caso de dolo;
3. O abandono ou a descarga de resíduos não perigosos em instalações ou locais não licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos, em violação do disposto no n.º 4 do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima, se praticada por pessoas singulares, de € 2.000 a € 20.000 em caso de negligência e de € 4.000 a € 40.000 em caso de dolo.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

#### **4 – Indicações e medidas adotadas**

**Indicações transmitidas:**

O proprietário foi alertado que não pode queimar qualquer tipo de resíduos.

Foi ainda alertado que não pode colocar e deter resíduos, tendo os mesmos de ser encaminhados para destino final adequado.

**Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: